

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 24 | Nº 236 | OUTUBRO DE 2019

ENTREVISTA

O sociólogo Ricardo Antunes analisa a conjuntura de crises e a devastação do trabalho
p.04



Foto: Antonio Scarpelli/SEU Uniam

ESPECIAL

Governo do estado pretende vender por R\$ 185,6 milhões um lote de imóveis de meio bilhão de reais que pertencia aos segurados do IPE Saúde. Patrimônio foi alienado em 2017 por força de uma lei criada pelo próprio Executivo
p.13



Liquidando o patrimônio

Nesta edição:



EDUCAÇÃO

Debate sobre gênero e diferenças em sala de aula ajuda a combater a intolerância
p.08



AMBIENTE

Projeto que abranda Código Ambiental será votado na Assembleia Legislativa do RS
p.16

EDITORIAL

04 ENTREVISTA

O sociólogo Ricardo Antunes analisa a conjuntura de crises e a devastação do mundo do trabalho

08 EDUCAÇÃO

Debate sobre gênero e diferenças em sala de aula ajuda a combater a intolerância

11 EDUCAÇÃO

Cortes no orçamento ameaçam funcionamento dos *campi* do Instituto Federal do RS

14 ESPECIAL

Governo do estado pretende vender por R\$ 185,6 milhões imóveis alienados do IPE Saúde

16 AMBIENTE

Projeto que abranda Código Ambiental será votado na Assembleia Legislativa

18 ENSINO PRIVADO

Eleições do Sinpro/RS, em novembro, mobilizam mais de 22 mil professores do ensino privado

22 WEISSHEIMER

Bacurau, uma declaração de guerra ao Brasil racista

24 ROLIM

Sintonia revela um país onde a única expressão do Estado é uma ameaça constante

25 ARTE +

Sirley Amaro: Alta costura, carnaval e resistência

Vocação macunaímica

O Brasil é um país macunaímico, adjetiva o sociólogo e cientista político, professor da Unicamp, Ricardo Antunes, na entrevista do mês. A cada nova crise, se inventa uma saída milagrosa que nada resolve e só faz aprofundar a nossa tragédia, alerta ele ao analisar a conjuntura de desemprego em um país a caminho, entre outras coisas, da recessão. “Assim como ocorreu com a reforma trabalhista, a da Previdência não vai gerar empregos”, projeta Antunes. O milagre da vez: a ideologia do empreendedorismo diante de um Estado incapaz de assegurar direitos e de uma classe empresarial que não gera empregos.

Em ascensão desde o golpe de 2016 que mergulhou o país no obscurantismo, a perseguição aos professores e as tentativas de interdição do debate no ambiente escolar assumiram diversas faces. Possivelmente a mais nefasta e absurda, o projeto Escola sem partido – que atenta contra a liberdade de ensinar e ainda dissemina o ódio e o preconceito em um ambiente que por definição é de liberdade de pensamento, de solidariedade e de incentivo à autonomia – vem sendo derrotado justamente por aquilo que tenta combater. É nesse cenário que profissionais da educação e da sociedade estão valorizando o debate sobre gênero e diferenças como forma de prevenção e enfrentamento à violência e à intolerância, como mostra reportagem desta edição.

Ainda sobre Educação, um recorte sobre a crise que ronda a educação pública e gratuita ofertada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS) devido aos cortes no orçamento.

Destaque de capa desta edição, a oferta ao mercado, pelo governo do estado, de um lote de imóveis que pertencia ao Instituto de Previdência do RS e foi alienado pelo Executivo por meio de um projeto gestado no próprio Palácio Piratini. O *Extra Classe* teve acesso exclusivo a documentos que demonstram que o patrimônio



dos segurados está sendo liquidado com base em uma subavaliação, a valores defasados em quase uma década.

Vem da sede do governo de Eduardo Leite (PSDB) outra iniciativa polêmica: um projeto que flexibiliza o Código Ambiental e cria facilidades para empresas como a ideia de “autolicense ambiental” – seria uma estratégia para deixar o caminho livre para os controversos projetos de mineração que rondam o estado? O projeto será encaminhado à Assembleia Legislativa para ser votado, sem passar pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Completam a edição os colunistas e chargistas do *Extra Classe* e as informações do ensino privado, com destaque para as eleições da direção colegiada do Sinpro/RS para o triênio 2020/2022. O pleito será realizado de 5 a 7 de novembro em todo estado por meio de voto eletrônico, envolvendo mais de 22 mil docentes.

Boa leitura!

EXTRA
CLASSE

REDAÇÃO: extraclass@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Clarinha Glock, Flavia Bemfica, Flavio Ilha, Geraldo Blay Roizman, José Weis e Marcia Santos

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: Denise Benites 51. 4009.2981 e 51. 99774.1615
denise.benites@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclass.org.br fb.com/jornalextraclass

Polícia letal

SANTIAGO

O número de mortes por policiais nos primeiros oito meses de 2019 é o maior da história do Rio de Janeiro. O Instituto de Segurança Pública (ISP) carioca aponta que 1.249 casos foram registrados entre janeiro e agosto de 2019. Em agosto, houve pequena redução em relação a julho, mas a média do ano até agora alarmante: cinco mortes por dia. O número de confrontos envolvendo as forças policiais no estado cresceu 25% nos primeiros oito meses deste ano comparado com o mesmo período de 2018, de acordo com o Observatório de Segurança RJ. Foram 1.452 confrontos entre policiais e "suspeitos" de janeiro a agosto deste ano, segundo a plataforma digital Fogo Cruzado, o que representa seis tiroteios envolvendo agentes do Estado por dia.

Pensem nas crianças

Katia Cilene Gomes, mãe de Jenifer Cilene Gomes, de 11 anos, primeira criança morta por policiais em 2019, declarou que não recebeu nenhuma assistência do Estado desde o assassinato de sua filha. O relato foi feito em audiência pública da Comissão da Criança, Adolescente e Idoso da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que apura casos em que menores foram vitimados por ação de PMs. Jenifer foi morta no dia 24 de fevereiro em uma comunidade no bairro de Triagem, Zona Norte. Foi a primeira das cinco crianças assassinadas em ações da polícia, de um total de 16 baleadas no ano.



Comunidades denunciam Witzel à ONU pela morte de Ágatha

Movimentos de favelas do Rio de Janeiro enviaram denúncia à Organização das Nações Unidas (ONU) contra o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), na qual responsabilizam também o Estado brasileiro pela morte da menina Ágatha Félix, 8 anos, atingida por um fragmento de projétil durante uma operação policial no Complexo do Alemão. A criança foi baleada nas costas quando estava em uma kombi na comunidade da Fazendinha, no Complexo do Alemão, na zona norte, no dia 20 de setembro. No início de agosto, seis jovens da periferia que não tinham qualquer envolvimento com crimes foram mortos durante operações policiais no Rio.

O documento foi encaminhado no dia seguinte à morte de Ágatha à alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michele Bachelet, e à Relatoria Especial sobre Execuções Sumárias e Extrajudiciais. A organização recebeu a denúncia às vésperas da participação do presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU. "A morte de Ágatha é mais uma tragédia diretamente relacionada à política bárbara de segurança pública que está sendo conduzida pelo governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. Existe uma situação humanitária drástica imposta pelo governador aos bairros pobres e negros do Rio", aponta a denúncia.

Os movimentos de favelas cariocas pediram ao Alto Comissariado da ONU uma resposta pública e incisiva cobrando o Brasil e Witzel sobre "as violações dos direitos humanos nas favelas do Rio". A carta também pede que apontem que Witzel violou obrigações de direito internacional ratificadas pelo Estado brasileiro.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, deputado Helder Salomão (PT-ES), enviou informações sobre a morte de Ágatha à relatora especial das Nações Unidas para execuções extraju-

diciais, Agnes Callamard. O documento critica a política de segurança adotada pelo governador fluminense e o projeto sobre excludente de ilicitude, prevista no pacote anticrime do ministro da Justiça, Sergio Moro, que tramita no Congresso Nacional. "A gente não pode assistir à morte de uma criança e achar que isso é normal. Vamos acionar os órgãos responsáveis. Este modelo de segurança pública não combate apenas o crime", alertou o parlamentar em uma rede social.



Denúncia relaciona a morte de Ágatha à "política bárbara" de segurança de Witzel

A devastação do trabalho



Fotos: Antonio Scarpinetti/SEC Unicamp

por Flavia Bemfica

O rigor da pesquisa e o compromisso intransigente com os explorados e oprimidos são, segundo a definição do sociólogo Michael Löwy, a rara qualidade que distingue o conjunto da obra de Ricardo Antunes. Professor titular de Sociologia do Trabalho do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Antunes é autor de diversos livros sobre o mundo do trabalho. Graduado em Administração Pública pela FGV, mestre em Ciência Política pela Unicamp e doutor em Sociologia pela USP, é considerado um dos maiores conhecedores da obra marxiana da América Latina. Em 2018, editou a coleção *Mundo do Trabalho* (Boitempo), que inclui *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, no qual estuda a devastação do trabalho e dos direitos no país. “O Brasil é quase macunaímico. A cada hora se inventa uma saída milagrosa para justificar a tragédia, que só se aprofunda. Não foi a reforma trabalhista nem será a reforma da Previdência que vão aumentar o número de empregos”, afirma nesta entrevista.

Extra Classe – Conforme os últimos dados do IBGE, o desemprego, apontado hoje como um dos grandes problemas a serem enfrentados para a recuperação da economia no Brasil, recuou em julho, para uma taxa de 11,8%, o equivalente a 12,6 milhões de pessoas. Mas a queda se deveu à criação de vagas no mercado informal, que bateu um novo recorde. O que é possível projetar para os próximos meses a partir desses números?

Ricardo Luiz Coltro Antunes – O cenário nacional não permite nenhuma avaliação otimista. Em 2019, como um todo, o máximo que poderemos ter é algo semelhante ao que observamos no segundo trimestre. Um crescimento muito pequeno, eu diria minúsculo, do trabalho, só que do trabalho informal. Houve em julho, fechando o segundo trimestre, uma pequena queda no desemprego. Mas ela se deu em função do aumento da informalidade, onde está mais da metade do número de empregos criados. É difícil projetar um quadro favorável na situação interna brasileira neste ano. Em relação ao PIB, vamos conseguir, no máximo, um crescimento próximo a 1%. Para o mercado de trabalho, é uma tragédia. Não estamos conseguindo recuperar nem mesmo a parcela dos empregos destruída a partir da fase final da administração Dilma Rousseff, quando a crise já mostrava seus sinais.

EC – O cenário internacional também é de contenção. Como ele afeta o mercado de trabalho no Brasil?

Antunes – É o outro elemento complicador, porque as expectativas para ele também são pessimistas. Há vários indicadores: a competição entre a China e os Estados Unidos; a recessão que vem marcando o cenário europeu, com os indícios emitidos a partir da economia na Alemanha que, como sabemos, é uma espécie de carro-chefe da União Europeia. No caso dos Estados Unidos, mesmo que se excluam os tensionamentos com a China, há sinais de diminuição do movimento ascendente que observávamos nos anos anteriores, que incluíram o governo

Barack Obama e nos primeiros anos de Donald Trump. Ou seja, o cenário internacional sinaliza também uma crise. Nesta conjuntura, só um otimista bobo imaginaria que teremos crescimento.

EC – As reformas estruturais, como a da Previdência e a tributária, podem alterar essas projeções e gerar impacto positivo sobre o mercado de trabalho?

Antunes – O lero-lero em torno da reforma da Previdência é semelhante àquele que ouvimos sobre a reforma trabalhista. Na época da tramitação da reforma trabalhista, o governo prometia que, no ano seguinte, seriam gerados 3 milhões de novos empregos, o que, como podemos confirmar hoje, não aconteceu. Não foi a reforma trabalhista ali atrás, como não é a reforma da Previdência agora que vão aumentar o número de empregos no país. A promessa é sempre a mesma: a de que vamos ingressar em uma nova fase de crescimento, mas ela não se confirma. Provavelmente no próximo ano será inventada uma nova reforma, com o mesmo argumento, de que é preciso fazer o crescimento.

EC – As reformas não terão nenhum impacto no sentido de gerar crescimento?

Antunes – O fato é que o Brasil é quase que um país macunaímico. É um tanto estranho, porque a cada hora se inventa uma saída milagrosa para justificar a tragédia. E, de saída milagrosa em saída milagrosa, a tragédia se aprofunda. Este é o quadro brasileiro. No caso do trabalho, a despeito de uma justificativa de criação de novos postos, na prática o que observamos é a destruição do conjunto de avanços que havia sido conquistado ao longo do século 20.

EC – Se as condições fossem tão ruins, não existiriam objeções mais fortes? A população, de modo geral, não fez oposição significativa à reforma trabalhista. À época, nem o governo esperava que o texto original fosse aprovado praticamente na íntegra, como aconteceu. Passados dois anos, também não há regis-

tro de uma rejeição sistemática. O mesmo ocorre com a tramitação da reforma da Previdência. O entendimento da maioria não pode ser favorável às mudanças?

Antunes – Primeiro, é importante que se diga que há um processo global de desmonte social. Depois de um período espetacular do que chamo de era das rebeliões, entre 2008 e 2013, tivemos como resposta uma era das contrarrevoluções. Donald Trump, Brexit, Viktor Orbán, Rodrigo Duterte, Recep Erdogan, Matteo Salvini, a lista é imensa. Há um clima de pessimismo amplo e um sentimento de derrota entre os setores de esquerda *lato sensu*. No caso brasileiro, em específico, houve uma combinação entre a crise econômica que chegou mais pesadamente a partir de 2014 e a crise política aumentada. Começa com o desencanto da população trabalhadora com os resultados dos governos petistas. Independentemente de alguns avanços que ocorreram, esses governos não tocaram em questões estruturais. Como sabemos agora, aconteceram ganhos, mas que rapidamente podiam ser eliminados, o que se somou ainda à tragédia da corrupção, com a qual se envolveram partes das administrações. Isto posto, se deve ressaltar que a população trabalhadora sabe quando o cenário lhe é desfavorável. Você tem uma economia com 30 milhões de pessoas fora do mercado. São quase 13 milhões de desempregados, outros 4 milhões em desalento, mais 7 milhões de subutilizados, e a informalidade. Se estou quase na fila do desemprego, o que eu penso? Não posso reclamar. Não posso fazer manifestação, não posso me rebelar. Para além disso, há uma inatividade ou uma atividade muito insuficiente dos setores de esquerda. Parece que, desde 2013, esses setores não entenderam o que se passa no país. Quanto ao governo atual, é evidente que haverá corrosão, é uma questão de tempo.

EC – No país, não raro, a informalidade se confunde com empreendedorismo. Por quê?

Antunes – A ideologia do em-

Na prática, o que observamos é a destruição do conjunto de avanços que havia sido conquistado ao longo do século 20



preendedorismo é um dos aspectos mais nefastos do nosso tempo. Ela floresce em um quadro no qual o Estado se mostra incapaz de garantir direitos e uma parte dos setores empresariais se apresenta incapaz de oferecer empregos dignos. O que resta é uma mistificação bastante poderosa do empreendedorismo. 'Seja o empresário de si mesmo.' Mesmo que, em verdade, isso signifique que os empreendedores serão proletários de si mesmos. Vão perder direitos, porque, nesta linha, empreendedor não tem direitos; e muitos vão investir o pouco que têm e vão quebrar. Mesmo assim, é uma proposição forte porque, se alguém está desempregado e não há um emprego formalizado, vai fazer o que sabe. Se você sabe dar aula, dará aula como puder. Se não estão contratando

ENTREVISTA

professores com carteira assinada, mas estão contratando via o que chamamos de 'uberização' do professor, com pagamento por hora, você aceitará. Por quê? Porque o principal flagelo de todos é o desemprego. E, depois que um trabalhador vivencia o cotidiano do desemprego, qualquer alternativa é melhor, mesmo aquelas em que, aos poucos, a pessoa vai perceber que não tem direitos. Apesar de todo esse cenário, há algo que pode ser confirmado no decorrer da história: nenhuma sociedade suporta por muito tempo só os escombros.

EC – Há mudanças inegáveis no mundo do trabalho, geradas por diferentes fatores, como o uso da tecnologia, as questões de mobilidade, que vão muito além das questões ideológicas. É possível projetar as mudanças no curto prazo?

Antunes – Na história, tudo é imprevisível. Se esta nossa conversa estivesse acontecendo no ano de 1989 e eu lhe dissesse que a União Soviética iria desaparecer, você muito provavelmente acreditaria que sou louco. Da mesma forma, não previmos as rebeliões que ocorreram a partir de 2008, e nem estas contrarrevoluções de direita. O futuro é imprevisível. Mas não tenho qualquer dúvida a respeito de que, como eu disse, nenhuma sociedade suporta infinitamente o escombros. Além disso, o sistema glo-

bal do capital, por mais que destrua trabalho, ele não cria riqueza sem trabalho. Máquinas não criam riqueza, podem falar de máquina digital, informacional, inteligência artificial, internet das coisas, isso tudo potencializa riqueza, mas não a cria. O que tipificou o século 20? A sociedade do automóvel. E acabou, já se foi. O que tipifica este início do século 21, e falo em início porque ainda há muito por vir, é a sociedade do *smartphone*. É um mundo digital, mas para ele usamos as mãos. E sem a extração de trabalho mineral nas minas da Ásia, da América Latina, da África do Sul, de onde for, não somos capazes de produzir sequer idealmente o celular. O capital pode potencializar o lucro, a riqueza, mas não sobrevive sem alguma forma de trabalho humano.

EC – Isso não muda o fato de que há uma grande transformação em curso, alavancada pelo uso da tecnologia. Como isso afeta o mundo do trabalho, os tipos e a quantidade de empregos?

Antunes – O que acontece hoje vai abrir espaço para manifestações e explosões. É assim no mundo inteiro. Só quem não estuda a história pode imaginar que ela é um fio linear sem tensão. Passamos agora por um momento de reorganização. Quais são as nossas questões prioritárias? O desafio é reinventar um novo modo de vida. É um desafio imediato, mas

sua implementação é longa. O receituário que usávamos até cinco ou 10 anos atrás envelheceu. Não é mais assim que vamos mudar as coisas. O imperativo do século 21 é redesenhar. No dia a dia, lutar para não ter direitos destruídos. O mundo que temos é irreformável. Então precisamos redesenhá-lo. Isso não chega a ser uma novidade.

de. Por que aconteceu a Revolução Francesa? Porque as populações cansaram do domínio feudal, absolutista, clerical. A Revolução Francesa não foi um raio em um céu azul. Foi um processo. No nosso momento, precisamos estabelecer quais as questões cruciais do nosso tempo e reinventar um modelo que tenha o que nos oferecer.



Há algo que pode ser confirmado no decorrer da história: nenhuma sociedade suporta por muito tempo só os escombros

Se conforto é importante, imagina se adicionarmos ótima localização, preços reduzidos e exclusividade para você e sua família?



O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em hospedagem para os professores associados ao Sinpro/RS e seus familiares. Escolha o motivo para vir a Porto Alegre e fique com a gente.

Mais informações: sinprors.org.br/casadoprofessor | Reservas: (51) 4009.2988

SINPRO/RS
Sindicato dos Professores

CASA do PROFESSOR
Hotel

Vale do Caí se torna referência em doação de órgãos

Em um cenário de redução de transplantes por falta de doadores, em que o Rio Grande do Sul, pioneiro na área, caiu para a oitava posição no país, o projeto Cultura Doadora, da Fundação Ecarta, comemora o resultado de um trabalho intenso que mudou a realidade do Vale do Caí, região de 19 municípios, distante 60 quilômetros de Porto Alegre. O Hospital Montenegro 100% SUS, que até o final de 2017 registrava 100% de negativa familiar para a doação de órgãos, hoje tem 62% de afirmativa.

De janeiro de 2018 a setembro de 2019 foram captados 28 órgãos na região e realizados 17 transplantes. A rede de atuação resultou também na constituição da Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante (Cihdott), no Hospital Montenegro 100% SUS, com o apoio da Organização de Procura de Órgãos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (OPO1), da OPO2 e da OPO cirúrgica.

Com uma intensa programação de atividades, como palestras, oficinas e show, o Cultura Doadora iniciou em janeiro de 2018 uma forte mobilização, envolvendo estudantes, professores, agentes da saúde, agricultores da região. A doação de órgãos, até então praticamente desconhecida para muitos, passou a ser assunto de centenas de famílias. "O medo é constituído fundamentalmente pela falta de informação. A partir do momento em que as pessoas entendem o processo, se abrem para a possibilidade de se tornarem doadores", explica Marcos Fuhr, presidente da Fun-

Foto: Rodrigo Waschburger



Abraço ao Hospital Montenegro 100% SUS no Dia Nacional da Doação de Órgãos do ano passado assinalou o engajamento da população

dação Ecarta, instituída pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS). "O hospital e sua equipe preparados para trabalhar com a doação de órgãos é outro ponto fundamental. Se a família não se sentir acolhida desde a entrada do paciente no hospital, certamente a resposta para a doação dos órgãos será negativa."

Leia mais sobre este trabalho em extraclasses.org.br.

MOISÉS MENDES

Essa menina é um perigo

Foto: Reprodução



Poucos adultos são tão perigosos hoje no mundo quanto Greta Thunberg (foto). E ela tornou-se ainda mais perigosa porque agora discursa na ONU. Leia o artigo de Moisés Mendes para o [extra-classe.org.br](http://extraclasses.org.br).

CARMEN DE OLIVEIRA

Quem é mais bela do que eu?

Foto: Reprodução



A "barbierização" dos padrões impulsiona meninas a construir corpos e estilos da boneca. O Brasil lidera o ranking de cirurgia plástica na adolescência. Leia o artigo de Carmen de Oliveira para o extraclasses.org.br

INVISTA NOS SEUS SONHOS.

+ rentabilidade para você voar mais longe.

SINPRORS
PREVIDENCIA

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIÇÃO
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO
FUNDAÇÃO CEEE
PREVIDÊNCIA PRIVADA

Orientação sexual em aula para prevenir violências

por Clarinha Glock

O debate sobre gênero e diferenças deve estar na agenda de profissionais da educação e da sociedade para enfrentar a intolerância. Projeto de lei “escola sem partido” e atos de censura recentes reforçam a necessidade de se ampliar a discussão em sala de aula



No dia 3 de setembro deste ano, o presidente Jair Bolsonaro determinou ao Ministério da Educação elaborar um projeto de lei contra a ideologia de gênero no ensino fundamental. A decisão, comunicada por Twitter, foi motivada pela ação, momentos antes, do governador de São Paulo, João Doria, que mandou recolher um livro de Ciências do 8º ano da rede estadual paulista que mencionava a diversidade sexual e explicava termos como transgênero, homossexual e bissexual. “Não concordamos e nem aceitamos apologia à ideologia de gênero”, escreveu Doria no Twitter.

“O Parlamento, de modo geral, vive um bombardeio constante pelo discurso falacioso da ideologia de gênero”, diz a deputada federal Maria do Rosário (PT/RS). Em seu mandato, a parlamentar trabalha para evitar a aprovação de projetos de *Escola sem Partido* e

do ensino domiciliar, que, a seu ver, estão relacionados à busca pelo controle absoluto da educação. “O pior que pode acontecer é a escola se submeter a pressões por denunciismo”, enfatiza. Maria do Rosário, que também é professora, lembra que é dentro da sala de aula, falando sobre temas como sexualidade, que se pode detectar casos de abusos e outras violências. Ela integra o Fórum de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio, o qual, entre outras ações, lançou um canal para acolher denúncias de perseguição a professores e professoras nas escolas.

O fato é que, mesmo que em 2017 o Ministério da Educação tenha retirado o termo “orientação sexual” e tópicos relacionados a “gênero” da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que passou a valer neste ano, o tema deve ser falado em sala de aula, respeitando as diferenças, diz a professora Cecília

Farias, integrante da direção do Sinpro/RS. “Não tratar da questão é desconsiderar a realidade”, afirma.

Conteúdos pedagógicos relacionados à orientação sexual integram o currículo das 56 escolas municipais de Ensino Fundamental de Porto Alegre como tema transversal, a exemplo de áreas como culturas indígenas e africanas, segundo a Secretaria Municipal de Educação (Smed). Através do programa *Galera Curtição*, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, estudantes conversam sobre sexualidade, gênero, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, *bullying*, violência, uso abusivo de álcool e outras drogas e preconceito racial, por meio de jogos e brincadeiras. Já passaram pelo programa 20 mil estudantes.

Nas escolas estaduais, a diversidade sexual e questões de gênero estão presentes na formação

de professores e professoras e nos projetos em sala de aula feitos em parceria com universidades, Secretaria de Saúde, Ministério Público, Procuradoria Geral, ONGs, informa Helena Martins, articuladora de temas transversais de educação e direitos humanos da Divisão de Políticas Específicas para a Educação da Secretaria Estadual de Educação (Seduc). “O tema é abordado sempre que há interesse”, garante Marta Ribeiro Bulling, chefe da Divisão de Normatização e Políticas Educacionais. A abordagem é natural e amparada pelo direito à igualdade presente na Constituição Federal, bem como em Pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEEEd/RS), no Referencial Curricular Gaúcho, e no Plano Estadual de Educação. Um Parecer do CEEEd/RS regulamentou o uso do nome social na escola e nos certificados de conclusão para estudantes transexuais e travestis.

Preconceito se combate com informação

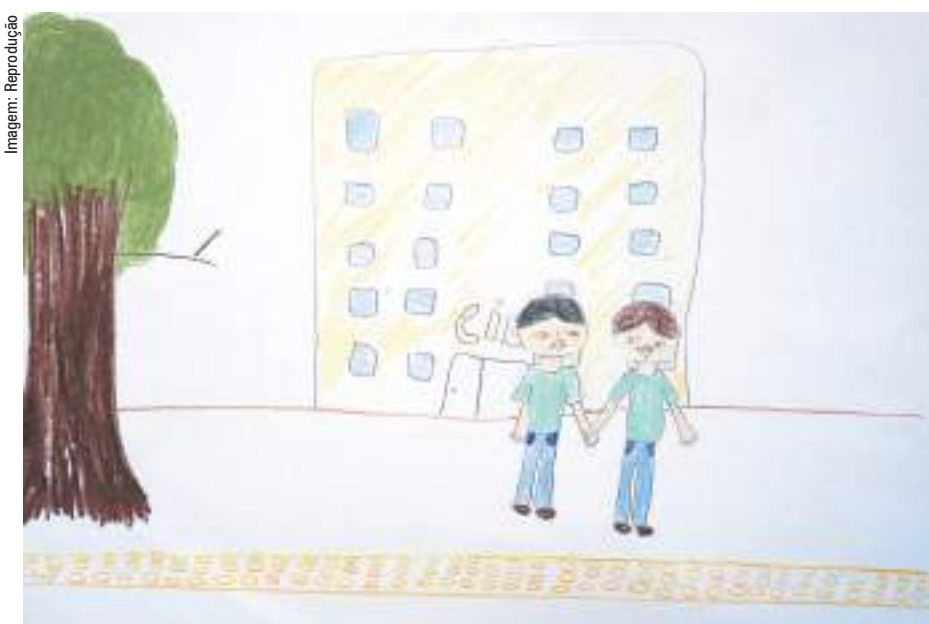
Na prática, no entanto, situações de discriminação por orientação sexual acontecem diariamente, às vezes de forma velada, outras nem tanto, em escolas públicas e privadas, e mesmo em universidades. Sal Facco era estudante de Pedagogia na Faculdade de Educação da Ufrgs quando ouviu de uma colega de turma: “Tu é gay? Tu me enganou, deixou eu gostar de ti! Não posso me relacionar com pessoas gays, o pastor não permite!”. O choque inicial quase fez Sal desistir do curso. Mesmo sendo bissexual assumida, foi a agressividade de quem até então convivia com ela de forma pacífica que mais lhe machucou. Uma conversa com seu professor, que mobilizou a faculdade para discutir o respeito à diversidade, ajudou-a a seguir em frente. Hoje Mestranda em Educação, recorda que foi a colega que a discriminou quem saiu. “Ela disse que só voltaria quando eu não estivesse mais ali estudando”, conta. A moça havia relatado que fazia parte de uma igreja que incentivava jovens a entrarem na Pedagogia para, depois, darem aulas nas escolas evangélicas. Após um tempo, voltou para a faculdade e se graduou.

Embora neste caso o preconceito estivesse associado à religião, nem sempre isso acontece. A pedagoga Maria Beatriz Guterres, que era assessora da Smed e participou do projeto de formação de educadores, em parceria com o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual nos anos 1990 até 2001, foi testemunha de como uma freira que dirigia uma creche comunitária conveniada, mantida por uma instituição religiosa, enfrentou a agressividade de um pai revoltado porque seu filho havia se fantasiado com roupas femininas em uma brincadeira na turma de educação infantil. “As crianças podiam se fantasiar e se pintar, e levar a fantasia para casa. Um menino levou uma saia, blusa, colares. No outro dia, o pai mandou um bilhete desaforado, dizendo que não queria que seu filho se afeminasse. Foi à escola, ofendeu a professora”, conta Maria Beatriz. A freira, calma e objetivamente, conversou com esse pai e reiterou que a instituição acreditava na importância do lúdico e da brincadeira, e que não seria o fato de o menino vestir uma fantasia que iria determinar sua opção sexual.

“A escola deve ser um espaço de representatividade da sociedade”,

resume Cheila Schröer, diretora da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Centro Integrado de Desenvolvimento, de Porto Alegre, onde a Filosofia faz parte do currículo, e alunos e alunas aprendem a se comunicar por Libras, independentemente de haver estudantes surdos nas turmas. “Nas aulas de Filosofia, as crianças também aprendem a se preparar melhor para uma relação consigo e com as outras pessoas”, diz Cheila. Quando a escola, com 30 anos de atuação, recebeu pela primeira vez um casal de homens que havia adotado uma menina, e eles riscaram na ficha de matrícula

o item “pai/mãe” e colocaram apenas seus nomes, a diretora percebeu que era preciso mudar. Agora, a ficha pede a identificação de “responsáveis” pela criança. Recentemente, a escola ofereceu um curso aberto à comunidade sobre nomenclatura da diversidade. Aos poucos, todo mundo vai aprendendo a lidar com as diferenças. Por exemplo: Cheila descobriu que um estagiário vai fazer a cirurgia de retirada de mama para confirmar sua identidade masculina nascida num corpo de mulher. A diretora lhe disse que teria o tempo que precisasse para se recuperar. “Ele ficou aliviado”, relata.



Tentativas de suicídio podem estar ligadas à repressão e ao *bullying*

Um dos resultados da falta de diálogo e de respeito às diversidades é a violência. Uma pesquisa nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada entre dezembro de 2015 e março de 2016, pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, analisou as respostas de 1.016 estudantes LGBT entre 13 e 21 anos. Os dados coletados através de redes sociais e e-mail mostraram que cerca de 73% que se identificavam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais foram agredidos verbalmente, e 36% foram agredidos fisicamente nas escolas nesse período. Alguns que sofreram mais agressões evidenciaram depressão e desejo de cometer suicídio.

"Pergunte aos psiquiatras que atendem nos plantões de saúde mental da Vila Cruzeiro e IAPI sobre o número de casos de tentativa de suicídio entre jovens", sugeriu a mãe de uma estudante de escola particular com quem a reportagem do *Extra Classe* conversou sobre orientação sexual nas escolas. Ela integra um grupo de cerca de 50 mães,

cujos filhos e filhas já tentaram suicídio – alguns por intolerância de gênero e de orientação sexual. "O sofrimento é recorrente", desabafa.

Em Porto Alegre, os postos de Pronto Atendimento localizados nos bairros IAPI e Vila Cruzeiro são a porta de entrada para o atendimento via SUS nesses casos. Levantamento feito pela Coordenação de Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre sobre notificações de violência interpessoal e autoprovocada registradas pelos serviços de saúde mostrou o aumento de tentativas de suicídio entre jovens de 10 a 19 anos, passando de 232 notificações em todo o ano de 2017, a 317 em 2018 e chegando a 201 até 7 de setembro de 2019. Quando a análise leva em conta a orientação sexual, é possível identificar que a violência autoprovocada por jovens bissexuais e homossexuais passou de 23 casos relatados em todo o ano de 2017, para 40 em 2018 e 39 até 7 de setembro deste ano.

Imagem: Igor Sperotto



Na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Centro Integrado de Desenvolvimento, de Porto Alegre, a Filosofia faz parte do currículo e os alunos aprendem a se comunicar por Libras, mesmo quando não há estudantes surdos nas turmas.

"A escola deve ser um espaço de representatividade da sociedade", diz a diretora Cheila Schröer





No campus Restinga, falta de recursos já atinge projetos de agricultura familiar que beneficiam alunos e a comunidade

Foto: Igor Sperotto

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) vivia um impasse até o final de setembro com a previsão de suspender suas atividades a partir de outubro devido à falta de recursos. A instituição foi duramente atingida com o corte de 30% do orçamento – determinado pelo Ministério da Educação em 30 de abril e que atingiu 60 universidades e quase 40 institutos federais em todos os estados. No dia 30 de setembro, o MEC anunciou o desbloqueio de R\$ 1,156 bilhão, ou 58% do corte que atingiu todas as instituições federais. A liberação contemplou seis universidades federais e três institutos de educação no RS. O IFRS recebeu R\$ 8,4 milhões dos R\$ 18,5 milhões bloqueados do total do seu orçamento de R\$ 61,833 milhões para o ano, e o limite para empenho passou de 65% para 80% do orçamento. Longe de garantir o funcionamento pleno da instituição, os recursos ao menos afastaram o risco de paralisação imediata. “Com este novo cenário, conseguimos apenas a manutenção dos contratos continuados e dos benefícios da assistência estudantil até o final do ano. Porém, os impactos permanecem, pois com o valor que foi liberado conseguimos apenas nos manter funcionando, mas apenas isso”, avalia a pró-reitora de Administração, Tatiana Weber.

Com 17 campi em 16 municípios gaúchos, a instituição atende a 23 mil estudantes, com mais de 200 opções de cursos técnicos de nível médio, de graduação, especializações e mestrados profissionais. Referência em educação pública e gratuita, a instituição foi atingida em cheio pelos incessantes ataques do governo federal à educação pública e, também, em virtude do bloqueio do orçamento. Relacionado entre as melhores universidades do mundo pelo Centro de Classificações Universitárias Mundiais (CWUR), o IFRS aparece na posição 1.460 em nível mundial e é a 35ª colocada entre as instituições brasileiras. Quase um terço dos seus estudantes é beneficiado por políticas assistenciais estudantis, e 60% têm renda familiar de até três salários míni-

Corte no orçamento ameaça Instituto Federal do RS

por Gilson Camargo

Bloqueio e indefinição causada pela liberação fracionada do orçamento ameaçam as atividades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Referência no ensino técnico e superior público e gratuito no país, a instituição mantém 23 mil estudantes – da educação infantil ao ensino superior – em 16 campi no estado. O corte de R\$ 18,5 milhões do orçamento em abril deste ano comprometeu o pagamento de despesas de manutenção, projetos de ensino, pesquisa e extensão e assistência estudantil. A liberação de parte dos recursos no final de setembro assegura apenas a manutenção de contratos até o final do ano

mos. Em setembro, devido à falta de verbas, a instituição não pagou a integralidade do auxílio-moradia e do auxílio-permanência. Os 5 mil alunos beneficiados receberam somente 83,67% dos recursos. Os benefícios da assistência estudantil seriam normalizados a partir de outubro, com a liberação de parte dos recursos contingenciados, mas somente até dezembro. Ainda permanecem bloqueados R\$ 10,091 milhões, o que corresponde a 16,32% do orçamento.

PREJUÍZOS – O bloqueio de 30% do orçamento até setembro atingiu projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos alunos e comprometeu o funcionamento de diversos *campi*, a exemplo do de Bento Gonçalves. Referência na serra gaúcha, o IFRS Bento perdeu R\$ 1,5 milhão do seu orçamento de R\$ 4,75 milhões. O corte inviabilizou o cronograma previsto para o ano e comprometeu o pagamento de serviços básicos, como limpeza, vigilância, energia elétrica, água e alimentação para os alunos no segundo semestre. Na fazenda-escola de 76 hectares gerida pela instituição em Tuiuty, os diversos animais mantidos no local só não morreram à míngua por iniciativa de alunos e professores. “Esse corte inviabiliza que a instituição siga funcionando”, previa a diretora Soeni Bellé em abril, quando o governo anunciou os cortes nas federais.

No início de setembro, o MEC havia liberado R\$ 614,4 milhões de limite de empenho para 115 institutos e universidades federais para manutenção e custeio, com prioridade para despesas com água, energia elétrica, vigilância, limpeza, terceirizados em geral, alugueis, assistência estudantil

e funcionamento de restaurantes universitários. A maior parte dos valores, R\$ 376,7 milhões, foi repassada às universidades federais. Já a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica recebeu R\$ 162 milhões na ocasião. Em nota, o MEC condiciona a liberação do orçamento da educação ao desempenho da economia: “Na expectativa de uma evolução positiva nos indicadores fiscais do governo, o Ministério da Educação vem articulando com o Ministério da Economia a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira a fim de cumprir todas as metas estabelecidas na legislação para a Pasta. Caso o cenário econômico apresente evolução positiva neste segundo semestre, os valores bloqueados serão reavaliados”. A liberação de fato ocorreu no final de setembro, mas para algumas instituições, de qualquer forma, não será possível recuperar o que deixou de ser feito nesses nove meses de vacas magras.


Em agosto, o Colégio de Dirigentes do IFRS decidiu que o orçamento deixaria de ser distribuído de forma proporcional aos *campi* e passaria a garantir somente os contratos prioritários até outubro – prazo agora estendido até dezembro. “Para além do bloqueio, estamos sofrendo com uma liberação gradual da autorização para utilização do orçamento”, revela a pró-reitora. A liberação de 65% de limite para empenho até setembro, ampliada agora para 80%, compromete o Instituto. “O necessário para o funcionamento a pleno da instituição é 100% do orçamento, de forma a garantir a qualidade das nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão”,

explica Tatiana – que substitui o reitor Júlio Xandro Heck até o início de novembro em virtude das eleições na instituição.

BALBÚRDIA – A preservação e a recuperação do meio ambiente são temas frequentes nos projetos de pesquisa, ensino e extensão do IFRS nos mais variados cursos – atividades que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, qualificou como “balbúrdia” e “bagunça” para justificar o corte no orçamento das federais.

Em 2016, o projeto *BioPatriam – Preservação da biodiversidade através de planta nativa brasileira*, da então estudante do campus Osório Maria Eduarda de Almeida, sob a coordenação da professora Flávia Twardowski, desenvolveu um extrato que inibe a germinação das sementes do *Pinus elliottii*, espécie invasora que compete com as nativas e interfere na fertilidade do solo. O projeto recebeu diversos prêmios e estava em fase de extensão tecnológica para chegar ao conhecimento dos produtores rurais quando a instituição teve os recursos bloqueados. Outra pesquisa que ilustra bem a produção científica do IFRS é um aplicativo que incentiva o aleitamento materno, desenvolvido por estudantes e professores de Osório. O projeto é um dos finalistas do prêmio da Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2019. No campus Ibirubá, uma parceria com a UFSM (Salto do Jacuí) reduz os efeitos de erosão e aumenta a vida útil da barragem, além de conservar os solos para as lavouras. Outra das inúmeras iniciativas que podem ir por água abaixo é o plantio de espécies nativas para restaurar as matas ciliares e pequenas propriedades rurais de Vacaria.

AGROECOLOGIA – Com cinco cursos técnicos integrados ao ensino médio e EJA e cinco cursos superiores, o IFRS Restinga mantém 1,1 mil alunos nos três turnos, 62 bolsistas e 33 projetos de pesquisa. O cultivo de hortas agroecológicas e a preparação do solo para a produção de alimentos são dois projetos de agricultura urbana que ficaram sem recursos para o custeio das bolsas dos estudantes. Faltam botas e outros equipamentos de proteção para os alunos, os próprios professores estão pagando pelas sementes, mudas e insumos, e os planos de construir uma estufa e uma composteira foram adiados, relata o professor Jovani Zalameña, coordenador do curso Técnico em Agroecologia. Os estudantes são, na sua maioria, moradores pobres da periferia, que dependem da bolsa para se sustentar, e o seu trabalho beneficia com hortas comunitárias a parcela mais desassistida do terceiro maior bairro de Porto Alegre. “Esses projetos representam muito, não só para os alunos, mas para toda a comunidade, as escolas públicas e centros de referência onde os bolsistas fazem oficinas sobre preparação do solo e plantio e ajudam a desenvolver hortas comunitárias”, diz a estudante Simone Moreira, 45 anos. “Aqui, comemos hortaliças todos os dias graças à Horta Comunitária que construímos em 2018, com a consultoria dos alunos da Agroecologia do IFRS”, afirma Francine Guntzel, coordenadora do projeto no Centro de Referência de Assistência Social Restinga. “O cultivo proporciona aos usuários em situação de vulnerabilidade social condições de alimentação, empoderamento e fortalecimento das famílias e a ideia de sustentabilidade”, explica.



Acolhimento, sigilo e atitude.

Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.






Foto: Igor Sperotto

Sede do IPE Saúde e IPE Prev, na Borges de Medeiros, em Porto Alegre, que não foi alienada

Patrimônio dilapidado

por Flavio Ilha

O governo do estado colocou à venda um lote de 215 imóveis transferidos do IPE Saúde por força de uma lei proposta pelo próprio Executivo. O patrimônio dos segurados valeria mais de meio bilhão de reais, mas pode ser arrematado por apenas R\$ 185,6 milhões com base em uma avaliação feita ainda na década passada. Porém, alguns bens sequer existem, a exemplo de um conjunto de lojas na zona norte da Capital: o endereço anunciado é de prédios residenciais. O caso é investigado pelo Ministério Público

Já imaginou comprar uma sala comercial, em pleno Centro de Porto Alegre, pelo preço de um carro usado? Ou um edifício inteiro, de 12 andares e mais de 50 apartamentos, também no Centro, pelo preço de uma casa? Esse torra-torra imobiliário existe. E tem como foco o patrimônio de mais de um milhão de segurados gaúchos vinculados ao Instituto de Previdência do Estado.

Mesmo alvo de uma ação civil pública por parte da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre e sob a acusação de estar “enriquecendo ilicitamente”, o governo do estado continua tentando vender os imóveis do IPE Saúde, transferidos para o Executivo em 2017 por força de uma controversa lei proposta pelo próprio governo.

E com um agravante: em muitos casos, as avaliações imobiliárias são anteriores a 2010 e estão, portanto, defasadas em relação ao valor real dos imóveis – permitindo distorções como as citadas anteriormente. Há casos também em que os bens sequer existem, caso de um conjunto de cinco lojas na zona norte de Porto Alegre, onde hoje há apenas imóveis residenciais.

A reportagem do *Extra Classe* analisou a planilha dos imóveis do IPE Saúde transferidos para o Executivo em 2017 e constatou que mais de dois terços dos bens foram avaliados com valores anteriores a 2010. Em outras palavras, o patrimônio dos seguradores – na operação de transferência aprovada pela Assembleia Legislativa ainda no governo de José Ivo Sartori (MDB) – está subvalorizado.

No total, os 215 imóveis foram avaliados em R\$ 185.672.594,38. No entanto, o deputado Jéferson Fernandes (PT), presidente da Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia, tem convicção de que o valor é muito maior. Algo em torno de meio bilhão de reais. Para o parlamentar, há em curso um “balcão de negócios” contra o Instituto.

“É um processo cheio de irregularidades. Além das subavaliações, a maioria delas anterior a 2010, o Conselho Deliberativo do



Fernandes (D), presidente da Comissão de Segurança e Serviços Públicos, em audiência pública sobre a transferência de patrimônio do IPE para o estado

IPE Saúde não aprovou a operação, como deveria ter feito por força da Lei 12.395, de 2005. E, mesmo com pedido de suspensão feito pelo Ministério Público, o atual governo continua torrando os bens dos segurados”, diz Fernandes.

Os imóveis foram adquiridos ao longo das últimas décadas com os valores das contribuições dos segurados do plano de saúde ou através de doações em pagamento, durante o período em que o IPE financiava imóveis para os seus filiados. Cristiano Castro Forlin, auditor do Tribunal de Contas do Estado (TCE), alerta que é “bastante provável” que os imóveis do IPE Saúde estejam subavaliados, conforme dados de relatório referente às contas de 2018.

As 215 unidades – as exceções são o edifício-sede do Instituto e o teatro localizado no mesmo complexo administrativo – passaram ao controle do estado em 2017, com a lei que separou o Instituto em duas autarquias – o IPE Prev, para administrar as aposentadorias dos servidores públicos gaúchos, e o IPE Saúde, para administrar o sistema de atendimento médico e internações, o qual

abrange mais de 1 milhão de pessoas.

Entre os argumentos do Executivo para a transferência, estavam apontamentos do TCE sobre o descontrole na administração dos ativos, a constatação de imóveis desocupados e em mau estado de conservação, ocupações e concessão não formalizada. Aprovado em março do ano passado, o projeto se transformou na Lei 15.144/2018.

O MP, entretanto, vê dois problemas principais nesse processo. Primeiro, os imóveis serviam de lastro ao Fundo de Assistência à Saúde (FAS), cujos recursos eram destinados exclusivamente às políticas de saúde do IPE. Dessa forma, os recursos da alienação de imóveis só poderiam ser usados em benefício dos servidores filiados ao plano de saúde.

Para compensar o “confisco” do patrimônio que lastreava as políticas de saúde do IPE, a lei de 2017 previu apenas que “o Estado do Rio Grande do Sul deverá cobrir eventuais insuficiências financeiras do FAS, até o limite do valor dos imóveis transferidos”. O MP questiona a capacidade do es-

tado em fazer esses aportes, uma vez que sequer consegue pagar em dia o salário dos servidores.

Por isso, a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público quer a suspensão da venda dos imóveis e a devolução dos bens ao IPE Saúde. Ou, como alternativa, quer que o estado pague uma indenização ao IPE Saúde por ter lhe tomado o patrimônio.

Na ação civil pública movida pelo MP no final de julho, a promotoria acusa o estado de lesão aos interesses do IPE Saúde e considera que houve “evidente enriquecimento ilícito pelo estado”, além de apontar que a medida afeta a autonomia administrativo-financeira da autarquia.

“Trata-se de uma operação que não existe nem no Direito Público e nem no Direito Civil, porque todas as situações de transferência de propriedade requerem uma indenização, qualquer que seja, sob pena de ficar caracterizado enriquecimento sem causa. O Estado, da forma como foi feita a lei, praticou desapropriação indireta”, explica a promotora de Justiça Miriam Balestro Floriano, autora da ação.

Divisão do IPE à revelia do Conselho Deliberativo

De acordo com a direção do Instituto, os imóveis foram adquiridos ao longo dos 86 anos de existência do IPE para geração de renda. Além desses bens, o IPE também é agente financeiro ativo de imóveis oriundos de carteira habitacional, criada na década de 1970. Conforme a listagem concedida pela autarquia, 107 desses imóveis estão desocupados. Outros 39 estão ocupados, alguns em fase de regularização. O IPE usa, para fins administrativos, para depósito, estacionamento ou agências, 51 desses bens. Outros cinco estão cedidos e três passam por processo de retomada.

O ex-presidente do Conselho Deliberativo do IPE Luís Fernando Alves da Silva diz que o projeto que dividiu a autarquia em IPE Saúde e IPE Prev foi feito à revelia do próprio Conselho Deliberativo

do Instituto. Silva lembrou que, em 2015, foi apresentado ao governo um anteprojeto propondo medidas de equilíbrio econômico e financeiro para o IPE. “Mas o projeto ‘dormiu’ na Casa Civil por dois anos. Depois, sem ouvir qualquer entidade, o governo protocolou na Assembleia o chamado projeto de qualificação e especialização, que é uma privatização disfarçada. Os temores de que a assistência à saúde dos servidores possa ser privatizada são reais”, afirma.

Em abril, o governo de Eduardo Leite (PSDB) colocou à venda um lote de 32 imóveis do IPE Saúde, com avaliação de R\$ 6,2 milhões. A maioria das concorrências resultou “deserta”, ou seja, não apareceram interessados. Quatro deles foram vendidos, totalizando R\$ 1,6 milhão.

Em outubro do ano passado,

ainda no governo Sartori, nove imóveis do IPE Saúde foram alienados em uma permuta entre uma incorporadora e o governo do estado para a construção do presídio de Sapucaia do Sul, o qual deverá ser entregue em outubro. Os bens, todos em Caxias do Sul, foram permutados por R\$ 3.759.300 – mesmo valor da planilha que o MP contesta e que quer anular. A permuta foi homologada oficialmente em abril.

Também foram alienados ao BRDE quatro lotes localizados na quadra 158 da avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre, cada um deles avaliado em R\$ 5,5 milhões. Da receita, 50% deverão ser destinados à reforma do prédio-sede do IPE Saúde e IPE Prev.

A ação civil pública que tenta barrar a dilapidação do patrimônio do IPE Saúde está parada des-

de julho no Tribunal de Justiça (TJ) do estado. Distribuída na origem para a 11ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, a ação foi realocada para o TJ, porque o titular da seccional se declarou incompetente para julgar a questão. Não há prazo para a avaliação da Justiça sobre o caso.

A secretária estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag), Leany Lemos, justificou que o Rio Grande do Sul possui mais de oito mil imóveis mapeados e que deverão ser objeto de futuras permutas ou alienações. A secretária destacou o fato de o estado dispor de uma legislação que, após as alterações aprovadas ainda em 2016, estabeleceu as regras para troca do patrimônio que não vem sendo utilizado por outras prioridades do serviço público.

Foto: Igor Sperotto



Imóvel localizado na esquina da avenida João Pessoa com a rua Avaí, no Centro Histórico, foi avaliado em mais de R\$ 500 mil



Eduardo Leite e secretários apresentaram aos deputados as mudanças que o governo quer fazer na legislação ambiental

Foto: Itamar Aguiar/Palácio Piratini

Governo quer mudar Código Ambiental sem passar pelo Consema

por Marcia Santos

Proposta do governador Eduardo Leite (PSDB), que cria a autolicença ambiental, permite que áreas de preservação ambiental sejam afeitas a outras atividades e flexibiliza o gerenciamento costeiro, entre outros pontos polêmicos, está pronta para ser votada na Assembleia Legislativa. Analistas ambientais e técnicos do próprio governo criticam o projeto, elaborado às pressas, sem transparência e sem passar pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente

Surpreendido com a notícia de que a minuta de um novo Código Ambiental já está na Casa Civil, ou seja, pronta

para ser enviada como projeto de lei para ser votado na Assembleia Legislativa, um grupo de analistas ambientais da Fundação Estadual

de Proteção Ambiental (Fepam), que trabalha com licenciamento nas mais diversas áreas, se organizou para denunciar a falta de

transparência e cobrar espaços de discussão. "O que está acontecendo é uma ilegalidade, (a proposta) deveria passar pelo Conselho do Meio Ambiente (Consema), o que não aconteceu. É um atropelo, ninguém está sendo chamado para debater", aponta o geólogo e engenheiro de segurança do trabalho Nilo Sérgio Barbosa, um dos integrantes do coletivo.

O projeto de reformulação do Código Ambiental, de autoria do Executivo, propõe a revogação da Lei 11.520/2000. Com mais de 480 inserções e supressões de trechos da Lei original, a proposta foi apresentada pelo governador Eduardo Leite (PSDB) em um café da manhã com deputados e coordenadores de bancada no Galpão Crioulo do Palácio Piratini, no dia 20 de agosto.

O governo "vendeu" a proposta aos parlamentares com o argumento de "modernização" para o desenvolvimento de empresas e "proteção" ambiental, e há quem aposte que a iniciativa deixa o caminho livre para os projetos de mineração do Polo Carboquímico: o RS é alvo de 166 projetos de extração de carvão, fosfato, titânio, cobre e zinco. Entre as modificações, a Licença Ambiental por Compromisso (LAC), ponto mais criticado por técnicos e ambientalistas, foi defendida pelo secretário de Meio Ambiente e Infraestrutura, Artur Lemos Júnior. "É diferente do 'autolicenciamento ambiental', porque, neste caso, o empresário faria tudo sozinho. No caso da LAC, vai existir um órgão fazendo questionamentos e exigências e, aí sim, o empreendedor obterá a licença e poderá iniciar o empreendimento", defendeu. De acordo com a pasta, o projeto está na Casa Civil e deve ser remetido à Assembleia para votação em outubro.

No artigo 53, inciso VI, o "novo" Código Ambiental estabelece um "procedimento eletrônico e automático autorizando a instalação e a operação da atividade ou empreendimento, mediante declaração de adesão e compromisso do empreendedor aos critérios, pré-condições, requisitos e condicionantes ambientais estabelecidos pela autoridade licenciadora e respeitadas as disposições definidas pelo Consema".

SEM DEBATE – “Quando se manda para a Casa Civil, não se ouve mais ninguém. É um desprezo muito grande a um corpo técnico e à sociedade. Ela é que vai sofrer as consequências”, critica Barbosa. Luis Fernando Perello, biólogo e doutor em ecologia, colega de Nilo, questiona: “A quem interessa não ter transparência, não discutir com a sociedade algo que vai afetar a todos? Tudo está sendo muito rápido e com um decréscimo de qualidade. Não haverá mais uma descrição do que será feito”, aponta.

No início, o grupo foi formado por seis profissionais, agora já são cerca de 60 analistas – de um total de 210 distribuídos em todo o estado. E se somaram a eles técnicos da Sema. O corpo técnico passou a fazer uma leitura criteriosa do projeto. “Concluimos que ele não tem

a estatura técnica que interessa para o estado fazer uma boa gestão ambiental”, explica o biólogo.

Barbosa e Perello participaram do longo processo de debates que resultou na elaboração do atual Código Ambiental, em vigor desde 2000. “Quando ele foi produzido, foram ouvidos todos os segmentos da sociedade. Foi uma discussão ampla, levou 10 anos para ser produzido, do embrião ao texto final. É um regramento que abarca todas as atividades ambientais, antes fragmentadas”, recorda Perello. “Pelo vanguardismo, nosso Código foi copiado por outros estados brasileiros.”

Enquanto houver um documento como o atual Código Ambiental, os técnicos atuarão com respaldo, declara Nilo Barbosa. “Nós somos os operadores desses artigos, não podemos ficar fora da discussão.

Porque o Código Ambiental trata de licenciamento e também de toda uma gestão ambiental no estado. Somos obrigados a tomar decisões em cima exatamente desses artigos”, ressalta.

Para dar uma dimensão do que os especialistas falam, em 2018 foram concedidas 11,5 mil licenças em todo o estado. Em 2019, até o momento, foram emitidas 10.433 licenças, “tudo conforme o regramento do Código atual”, destaca Perello. Ainda, em 2018, foram expedidos 2.162 autos de infração e, em 2019, 1.851 até setembro. “A cada cinco licenciamentos emitidos, há um auto de infração, e nós não gostaríamos de ver aumentados os autos de infração.” Não serão os técnicos a fazerem a lista das atividades a serem licenciadas. “Já olhamos o projeto e temos opinião formada sobre vários artigos. Para



Perello questiona pressa e falta de transparência

nós, ao contrário do nome da minuta, que chamam de modernização, não moderniza absolutamente nada. Em alguns casos, inclusive, retrocede”, diz Barbosa.

Parcelamento urbano e autolicenciamento

Entre as críticas dos especialistas, está a reformulação das regras para a divisão do solo em terrenos. “Todo o item do parcelamento ur-

bano foi substituído. Agora, permite que áreas de preservação ambiental sejam afeitas a outras atividades”, destaca Nilo Barbosa. Os nove artigos sobre gerenciamento costeiro foram reduzidos a dois, os quais praticamente eliminam as obrigações de gerenciamento. “Isto é um retrocesso”, protesta Barbosa.

O novo Código ainda prevê a contratação de pessoa física ou jurídica para atuar no licenciamento a fim de cumprir novos prazos de emissão de licença. Os servidores da Fepam são concursados, treinados para trabalhar com licenciamento. “Aí, amanhã, para atender a um prazo de emissão de licença que está muito mais preocupado com a velocidade do que com a qualidade da preservação, se abre uma contratação e chama alguém para fazer o licenciamento, o que

pode fragilizar o processo”, desconfia o geólogo e engenheiro de segurança do trabalho. Perello vê mais uma incompatibilidade na contratação de terceiros da iniciativa privada: “Hoje é licenciador, amanhã está no lugar de quem pede licenciamento. É um absurdo”. Barbosa também aponta que a LAC fere o princípio da precaução. “Este princípio existe justamente para que se possa antecipar episódios que tragam danos ambientais irreversíveis. A LAC termina com isso. Será o caos. Ela já foi implantada na Bahia e em Santa Catarina. Há fortes críticas nos dois estados e do Ministério Público”, alerta.

No caso de empreendimentos que dependam de remoção ou reassentamento de pessoas, o Código em vigência só libera a licença após a comprovação de que os ocu-

pantes da área foram realocados para outro local com infraestrutura e mediante cronograma prevendo as etapas de assentamento. O novo projeto isenta o empreendedor dessas obrigações ao estabelecer que o empresário, a Fepam e assentados devem validar um projeto de assentamento. “Mas o que é e como validar?”, questiona Perello.

Os analistas argumentam que uma proposta que se diz ser moderna não toca em uma das questões mais importantes da atualidade: as mudanças climáticas. Eles informam que se agregaram ao grupo que analisa a nova proposta profissionais da própria Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura que trabalham na questão florestal, de transporte de madeira, entre outros. Eles acreditam que o Código Florestal será o próximo a ser alterado.

Ameaça à consolidação de leis

Para o presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Franciso Milanez, faltam debate e transparência por parte do governo em relação à proposta. Milanez argumenta que o Código Ambiental atual é uma consolidação importante de leis, que agora está sob risco. “Não se sabe exatamente quais são as pro-

postas. Não chamaram ninguém para o debate. E a moda agora é apresentar vários projetos, em paralelo, e não se consegue acompanhar nenhum”, critica. O ambientalista lembra que a discussão democrática que pautou a construção do Código em vigor não está acontecendo atualmente. “São propostas oportunistas, em geral fragmen-

tadas, que dificultam a análise.” O autolicenciamento significa o fim da responsabilidade dos governantes, alerta.

“Essa proposta atende a interesses de entidades empresariais e empresários individuais que reclamam que as leis do meio ambiente trancam o empreendedorismo. E os governos, apoiados por essas

pessoas, têm esvaziado constantemente os órgãos ambientais, como foi a destruição recente da Fundação Zoobotânica.” Alguns ambientalistas chegam mesmo a dizer que a minuta que está na Casa Civil foi produzida com o assessoramento da Farsul e da Fiergs e que essa mudança interessa diretamente ao agronegócio e à indústria.



“Não há modernização, mas retrocesso”, alerta Barbosa

Professores do ensino privado vão às urnas em novembro

As eleições da nova direção do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) serão realizadas de 5 a 7 de novembro em todo estado por meio de voto eletrônico, envolvendo mais de 22 mil docentes



Foto: Igor Sperotto

Votação neste ano será eletrônica, garantindo agilidade e segurança

por Edimar Blazina

Estas eleições serão as maiores em número de votantes já realizadas pelo Sindicato dos Professores, o mais antigo do estado, instituído em 1938. É considerado eleitor do Sinpro/RS todo sindicalizado que, na data da votação, tiver mais de três meses de inscrição no quadro social, com as mensalidades quitadas até 30 dias antes das eleições, e estiver dentro dos direitos sociais conferidos no estatuto da entidade. Associado aposentado tem direito de voto assegurado.

A apuração será feita no dia 8 de novembro. Se eleita, a *Chapa 1 – Novos desafios*, da situação, única inscrita para o pleito, ficará à frente do Sinpro/RS de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022. O processo eleitoral foi aberto no dia 17 de agosto, em

Assembleia Geral, que elegeu a comissão eleitoral para coordenar as eleições.

“A participação das professoras e dos professores nas eleições do Sindicato é de fundamental importância”, destaca Erlon Schuller, integrante da atual direção e da Chapa 1. “Isso é o que dará credibilidade e força às lutas empreendidas pelo Sindicato no próximo período. O ano de 2019 foi marcado por uma negociação extensa e aguerrida com os sindicatos patronais, demonstrando o avanço das forças que desejam relativizar direitos já conquistados. Assim, a participação de todos os profissionais é, além de estratégica, um ato de defesa pela continuidade das lutas”, explica ele.

VOTO ELETRÔNICO – Nes-

te ano, buscando modernizar a votação, a eleição será por meio eletrônico. Os professores votarão em tablets, disponibilizados especialmente para o pleito, diretamente em suas instituições de ensino, independentemente do nível em que atuam, ou nas sedes do Sindicato em todo o estado. Professores aposentados, os sócios que pagam as mensalidades por boleto ou débito ou aqueles que atuam em escolas com até três professores votarão pela internet. Esses receberão uma senha pessoal e exclusiva com as devidas orientações. Para os demais, a garantia do voto único por usuário se dá pela validação de dados pelo mesário no local de votação e uso de senha pelo votante. Uma segunda senha específica para confirmação, antes da votação, é

utilizada pelo mesário.

Todo o processo de votação será realizado pela empresa Eleja On Line, especializada em votações deste tipo. O sistema é criptografado e tem certificações de segurança que permitem auditoria. “O que se deseja é que a categoria possa comparecer às urnas e expressar sua vontade, mas que os procedimentos burocráticos sejam muito mais ágeis e precisos”, explica Rômulo Escouto, presidente da comissão eleitoral, composta também pelos professores Ana Lúcia Tomazi, Elói João Kirsten, João Batista de Barros Minuzzi, Antonieta Beatriz Mariante e Rejani Maria Friedrich.

Informações sobre as eleições e os editais específicos podem ser acessados no site www.sinpro.rs.org.br/eleicoes.

Sinpro/RS denuncia Sistema Fiergs ao Ministério Público

O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) encaminhou, no final de setembro, denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT) de conduta antissindical por parte das entidades do Sistema Fiergs. "A postura intransigente da nova direção da Fiergs é absurda e se evidencia em ser a única entidade patronal das quais o Sinpro/RS negocia e que não tem Convenção Coletiva de Trabalho firmada", explica Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS, entidade que representa os professores que atuam nas instituições de ensino do Sesi e do Senai.

A situação perdura há pelo menos dois anos. Em 2018, o Sindicato ajuizou ação de revisão de dissídio coletivo para renovar a Convenção

Coletiva de Trabalho. Em setembro, os magistrados integrantes da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região extinguíram o processo sem resolução do mérito. "Em 2019, após ser enviada pauta de reivindicação dos professores, o Sindicato Patronal (Sindepars) sequer agendou reunião para tratar do assunto e tampouco fez qualquer proposta", destaca Bessa. Segundo ele, recentemente o Sinpro/RS solicitou acesso às escolas e Faculdade do Sesi e Senai, que foi negado.

Bessa lembra que, de acordo com os termos do artigo 8º, inciso III da Constituição Federal de 1988, cabe ao Sindicato defender os interesses dos seus representados, o

Foto: Divulgação



Sesi/Senai: acesso do Sindicato foi negado

que, para ele, por ora está sendo impossibilitado em razão das inú-

meras dificuldades impostas pelas entidades do Sistema Fiergs.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Segue a reforma: como fica a pensão por morte

Já havia ocorrido profunda reforma em relação à proteção devida aos dependentes de segurado falecido, quando este benefício deixou de ser vitalício para companheiro ou companheira com menos de 44 anos, passando a ser estabelecido na forma temporária, com exceções para cônjuge inválido ou com deficiência.

Agora, o texto da PEC 06/2019 altera substancialmente a forma de pagamento, pois cria uma cota familiar correspondente a 50% do valor do benefício devido e cotas individuais correspondentes a 10% para cada dependente. O valor da pensão será devido, no máximo ao percentual de 100%, portanto, quando alcançando cinco dependentes, lembrando que a pensão será rateada na fração igual para cada um deles, podendo esta fração ser inferior ao salário mínimo, mas a pensão por morte não.

O cálculo dos benefícios antes da PEC seria apurado por uma média de 80% dos maiores salários, agora, aprovada a reforma, passa a ser fixada com todas as contribuições. Esta média é que servirá de base para gerar a pensão que ora analisamos, ou seja, aquela perda inicial já sofrida na apuração da média também incidirá em relação à pensão.

Tomemos como exemplo uma viúva que tenha mais de 44 anos, portanto, com direito à pensão vitalícia e um filho menor. A seguir, a distin-

ção entre uma e outra média, tendo como paradigma um ex-segurado que sempre teve contribuído no teto: a) Valores no teto - média com 80% maiores salários: R\$ 5.568,04; b) Valores no teto - média com 100% dos salários: R\$ 5.335,94.

Se comparadas, a pensão devida com a regra anterior (média de 80% dos maiores salários e pensão com 100%) e a regra atual (média de 100% dos salários e pensão igual a 70%), o quadro deixado aos dependentes será este: a) Valores da pensão pela regra anterior: R\$ 5.568,04 x 100% = R\$ 5.568,04; b) Valores da pensão pela regra PEC 06: R\$ 5.335,94 x 70% = R\$ 3.735,16.

O resultado é que a pensão por morte, além de sofrer as reduções impostas pelo novo cálculo da média, também terá redução decorrente da cota de pensão e cotas individuais.

Mas não se limita a estes valores, pois lembremos que a cota individual se extingue quando o dependente perde esta qualidade, sua cota não será revertida em favor dos demais dependentes como havia na regra passada. Assim, o valor da pensão ainda será reduzido, por corresponder à fração de 60% do valor, ou seja, no tempo a pensão será reduzida para o valor correspondente a R\$ 5.335,94 x 60% = R\$ 3.201,56.

A vantagem deste cartão é que quanto mais você usa, mais você ganha.

Com o Cartão do Associado, professores e dependentes aproveitam diversos produtos e serviços com descontos exclusivos.



Acesse sinprors.org.br/convenios, pesquise os descontos disponíveis na sua região e aproveite!

Um novo estilo de vida através de uma prática milenar

Se você acha que a Yoga é meramente movimentos e torções corporais esquisitas e muitas vezes sofridas, está na hora de repensar. Essa prática vai muito mais além!

A Yoga é filosofia de vida!

São movimentos que buscam harmonizar e integrar o corpo com a mente através de técnicas respiratórias, posturas e meditação.

Yoga faz bem!

Conduz o praticante a um estado de paz e quietude e em contato consigo mesmo. Talvez estes sejam os maiores privilégios da prática, já que vivemos numa sociedade que nos exige, apressa, empurra, despersonaliza, causando, acima de tudo, muito estresse, rotinas aceleradas sempre contra o relógio.

Uma mente tranquila produz um sono reparador, um dia com mais energia, menos tensões musculares e mais imunidade e proteção.

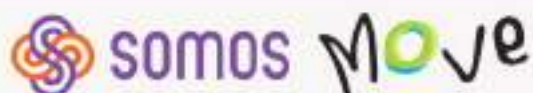
Yoga é para todos!

Para quem trabalha em um escritório muito tempo sentado, para quem dá aulas e está muito tempo em pé, para atletas, para quem está acima do peso, para jovens, crianças e pessoas idosas. Cada um no seu ritmo.

Com o SOMOS MOVE

Você inicia suas práticas ao seu tempo. Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados do Sinpro/RS. Juntos, vamos em busca de mudanças positivas no seu estilo de vida.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor



ENSINO PRIVADO

Professor recebe indenização por dano moral da UniRitter

A Justiça do Trabalho concedeu indenização por dano moral a um professor demitido do Centro Universitário UniRitter, em dezembro de 2017, após a publicação de uma nota da instituição à imprensa justificando que os desligamentos realizados à época buscavam "melhoria contínua em nossos índices de qualidade acadêmica". A ação foi movida pelo advogado conveniado ao Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) João Carlos Azevedo, do escritório Azevedo Advocacia.

O trecho destacado da nota, entre outros fragmentos, foi considerado "claramente depreciativo em relação aos profissionais despedidos" pela juíza da 9ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, Maria Silvana Rotta Tedesco, e reafirmado por unanimidade na decisão da 5ª turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

A magistrada destacou, ainda, que colocações como "melhoria contínua", "buscar melhores práticas e atualização" e "prioridade aos professores melhores avaliados", todas contidas no texto publicado pela instituição, insinuam que os professores demitidos precisam de atualização profissional e que "os melhores foram mantidos". "A prova produzida confirma o tratamento desrespeitoso sofrido

pelos professores", afirma a juíza em sua decisão.

Como defesa, a UniRitter negou o fato e disse tratar-se de uma reestruturação das matrizes curriculares, extinção de turmas, diminuição de alunos e avaliação do corpo docente. A decisão é de segunda instância e cabe recurso ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

HISTÓRICO – Em dezembro de 2017, a UniRitter demitiu cerca de 150 professores de seu quadro. No dia anterior às demissões, durante uma reunião com o Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS), representante da instituição informou que seriam realizadas "apenas demissões dentro da normalidade". Porém, antes do final do dia já haviam sido desligados mais de 100 docentes. As demissões foram acompanhadas de alterações curriculares que motivaram manifestação de alunos da Universidade.

Em 2010, o Centro Universitário UniRitter deixou de ser uma instituição filantrópica ao ser comprado pela *Laureate International Universities*, empresa privada com sede nos Estados Unidos, e que possui uma rede com mais de 50 universidades, em 24 países. No estado, também é mantenedora da Fadergs e Fapa.

Foto: Igor Sperotto



Vencedores do Prêmio Educação serão homenageados no dia 18

Até o final desta edição, os professores ainda estavam escolhendo, por voto on-line, os vencedores entre os três finalistas da 22ª edição do Prêmio Educação RS. A solenidade de entrega do troféu Pena Libertária será no dia 18 de outubro, em Porto Alegre, na Sede Estadual do Sindicato (Av. João Pessoa, 919).

FINALISTAS – Categoria Profissional: Guy Barcellos – PUCRS, Ático Inácio Chassot – Ufrgs e Nara Martini Bigolin – UFSM; Categoria Projeto: Quem Quer Brincar? – Porto Alegre, Cinema & Direitos Humanos – Ijuí e Hip Hop nas Escolas – Caxias do Sul; Categoria Instituição: Escola Estadual Indígena Karai Arandu – Viamão, Centro de Educação Pré-Vestibular Resgate Popular – Porto Alegre e Centro de Autismo Danilo Rolim de Moura – Pelotas.



Troféu Pena Libertária

Dia do Professor é comemorado em diversas cidades

As comemorações do Dia do Professor já são tradicionais em todas as regionais do Sinpro/RS. “É uma marca do Sindicato confraternizar com a sua categoria a passagem desta data”, destaca Erlon Schüler.

AGENDA	
4/10, 20h – Confraternização em Lajeado, na Brinqmania Casa de Festas	26/10, 20h30 – Jantar-Baile em Porto Alegre, na Sociedade Libanesa
4/10, 21h – Jantar em Pelotas, na Churrascaria Lobão	26/10, 20h – Jantar em Rio Grande, na Churrascaria Leão
9/10, 9h – 22º Torneio Esportivo dos Prof., no Col. Pio XII, em São Leopoldo	26/10, 10h – Almoço em São Leopoldo, no Restaurante Fazenda Portal
14/10, 20h – Confraternização em Uruguaiana, no Casarão	26/10, 15h – Confraternização em Erechim, na Cantina Trenti
14/10, 20h – Jantar em Santo Ângelo, no Rodízio de Pizzas	26/10, 16h – Confraternização em Santa Cruz do Sul, na Casa das Cucas Waechte
14/10, 16h – Café Colonial em Cachoeira do Sul, no Castello di Mangiare	26/10, 10h – Confraternização em Bento Gonçalves, com Passeio de Maria Fumaça e Epopeia Italiana
15/10, 20h – Jantar em Cruz Alta, no Restaurante Outbeef	30/10, 19h – Jantar em Santa Cruz do Sul, na Pizzaria Buona Gente
16/10, 15h30 – Confraternização em Panambi, no Colégio Evangélico	1/11, 20h30 – Coquetel-Baile, no Clube Coqueiral, em Santana do Livramento
16/10, 18h – Café Colonial em Venâncio Aires, no Pão & Cia	8/11, 20h – Festa em Santa Rosa, no Rockets Eventos
17/10, 20h – Jantar em Santa Maria, na Churrascaria Bovinu’s	9/11, 20h – Jantar em Passo Fundo, no Restaurante Mac Leth
19/10, 8h30 – Torneio Esportivo de Futsal Masculino e Vôlei Misto, no ginásio do Colégio La Salle São João, em Porto Alegre	
23/10, 19h – Comemoração em Taquari, na Padaria e Cafeteria Pão Kente	

INFORME PUBLICITÁRIO

CHAPA

1

Novos Desafios

Trabalho | Vida | Direitos

Eleições Sinpro/RS - 2019
5, 6 e 7 de novembro
Vote CHAPA 1

■ Presença constante nas instituições de ensino.

■ Negociação de Acordos e Convenções Coletivas.

■ Acompanhamento para o cumprimento dos direitos.

■ Atuação propositiva nas instituições de ensino em crise para garantia da empregabilidade.

■ Assistência nas rescisões contratuais.

■ Hotel Casa do Professor | Hospedagem para sócios e familiares

■ Sinpro/RS Saúde | Convênios médico e odontológico

■ Sinpro Previdência | Previdência complementar

■ Sinpro/RS Vantagem | Rede de descontos

■ Assistência Jurídica | Trabalhista e previdenciária

■ NAP | Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência

EXTRA CLASSE Outubro 2019 21



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Bacurau, uma declaração de guerra ao Brasil racista

A história do Brasil, que ainda está para ser contada, é banhada em sangue de índios, negros, mestiços de diferentes origens, pobres de distintos recantos

Foto: Victor Jucá/SBS/Divulgação



Sônia Braga como dona Domingas em *Bacurau*: imaginação coletiva, alegoria e realidade

Em recente passagem por Porto Alegre, o cineasta alemão Werner Herzog falou sobre o modo como vê e faz cinema e deixou algumas sugestões de método para pensar a nossa relação com a realidade que nos cerca e com as representações que fazemos sobre ela, no cinema e na vida. A principal delas talvez tenha sido a de levar a sério e dar atenção ao que impacta a nossa imaginação e a nossa fantasia. Você deve fazer algo que impressione sua imaginação, que diga respeito à sua experiência de vida, que lhe afete de algum modo, sugeriu Herzog, afirmando que essa regra está presente em praticamente toda sua obra. "Sigo o impulso da minha fantasia, daquilo que impressiona minha imaginação. É uma questão da intensidade da visão que tenho. Nos meus filmes, tento criar um compromisso entre o espectador e o que está na tela, resultado dessa visão", disse o cineasta.

Um dos melhores elogios que se pode fazer a um filme é a materialização desse vínculo entre o que diz respeito à imaginação e à visão do autor e o modo como isso atinge o espectador. O sucesso e a repercussão nacional e internacional de *Bacurau*, filme de Kleber Mendonça

Filho e Juliano Dornelles, ilustram bem o sentido mais profundo da regra metodológica sugerida por Herzog. Vencedor do Prêmio do Júri do Festival de Cinema de Cannes, *Bacurau* impressiona fortemente a imaginação do espectador. No caso dos espectadores brasileiros, essa impressão pode vir acompanhada de alegria e emoção ou de desconforto e descontentamento. O filme não afeta apenas individualmente os espectadores, mas atinge também o que poderíamos chamar, na falta de uma expressão melhor, a imaginação coletiva nacional construída ao longo da história do Brasil.

Bacurau é uma alegoria, mas a realidade que o Brasil vive desafia as fronteiras entre a alegoria e a realidade. O mesmo pode ser dito em relação à história do Brasil. Aquilo que é apresentado hoje, costumeiramente, como a "história" do Brasil é, em diversos sentidos, atravessado por narrativas fantasiosas que, em vários momentos e sentidos, ocultam o que aconteceu e segue acontecendo. A história do Brasil, que ainda está para ser contada, é banhada em sangue de índios, negros, mestiços de diferentes origens, pobres de distintos recantos. Darcy Ribeiro escreveu em *O povo brasileiro*:

"Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós, brasileiros, somos, por igual, a mão possessa que os supliciou".

Bacurau trata, entre outras coisas, do racismo histórico, estruturante e imensamente presente no nosso país. Os "gringos" que invadem a comunidade de Bacurau para caçar "por esporte" seus habitantes contam com o apoio logístico de um casal de brasileiros sulistas, ele, assessor de um desembargador de um Tribunal Regional Federal. Os sulistas acham que são muito mais parecidos com os estrangeiros brancos de língua inglesa do que com seus compatriotas de Bacurau. Erro trágico que lhes custará caro, mas também um recurso dos autores para mostrar a escada do racismo, onde sempre há lugar para o discriminador se tornar discriminado.

Sem entrar em detalhes, para não estragar a experiência de quem ainda não viu o filme, os bacurauenses resolvem resistir e enfrentar os invasores. E aqui surge o desconforto manifestado por alguns articulistas (inclusive do campo de esquerda), especialmente nas regiões Sudeste e Sul, com a decisão da população de Bacurau de enfrentar com armas

na mão os agressores. "Como assim, agora vamos apoiar a violência?" é o argumento que se repete com variações nestes artigos. Marcos Rolim já respondeu bem essa objeção, ao comentar uma observação feita por Isabela Boscov, da revista *Veja*, para quem a "Lógica de Bacurau é tão desalentadora quanto a do lado oposto". "Fiquei imaginando como seria uma matéria da jornalista se ela fosse cobrir, digamos, o Levante de Varsóvia. A lógica da revolta dos judeus, no fundo, é idêntica à do outro extremo, e tão desalentadora quanto ela: para que um lado se construa, é preciso destruir o outro lado — e com ira e violência", escreveu Rolim, comentando o filme.

A objeção à "escolha da violência" por aqueles que estavam sendo massacrados anda de mãos dadas com um certo silêncio constrangido com a identificação do sul do Brasil como a sede nacional do racismo. Não que ele não esteja presente nas demais regiões do país, mas, não por acaso, foi aqui que um parlamentar ganhou notoriedade ao embalar índios, quilombolas, gays e lésbicas na categoria "tudo que não presta". Em Bacurau, "tudo que não presta" faz uma declaração de guerra ao Brasil racista.

Memória afetiva e literatura

por Gilson Camargo

A história real de dois irmãos, Giocondo e Francisco, criados na região de imigração italiana na serra gaúcha e que, desde pequenos, tiveram uma forte ligação, em parte pela diferença de idade de apenas dois anos, e também pela afinidade natural de suas personalidades é o conto que dá nome à coletânea *Dois meninos* (Editora Coralina). Lançado no final de setembro, em Santa Cruz do Sul, pelo professor Leonardo José Andriolo, 55 anos, o livro resgata a história e a memória de uma família de imigrantes e transita por várias temáticas e estilos. Como anota o escritor Mário Baggio na apresentação, sua narrativa é “prosa poética, mais poesia do que prosa”. Para o autor, literatura é resistência a toda forma de alienação e superficialidade. “Alguém lê o título ou duas linhas de uma matéria e já emite seu julgamento definitivo. Por isso, escrever é um ato de resistência, um convite à reflexão, à ponderação, à empatia”, destaca.

Para além da literatura, *Dois meninos* também representa o resgate da memória afetiva do autor, já que os dois personagens eram ninguém menos que seu pai, Giocondo, e seu tio, Francisco. “A cumplicidade e parceria deles permanecem na idade adulta e se tornam ainda mais fortes quando, já na casa dos 80 anos, ambos ficam viúvos. Essa época ficou marcada por alguns acontecimentos e coincidências intrigantes”, relata Leonardo. Em um desses episódios, os dois discutem quem iria morrer primeiro, e cada qual se julgava merecedor de ir antes do outro. “Na falta de consenso, decidiram que deveriam partir juntos. Giocondo faleceu no dia 25 de dezembro de 2017, com 93 anos. Treze dias depois, aos 95 anos, Francisco também partiu.”

Natural de Caxias do Sul, Andriolo é Auditor Público Externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e professor. É formado em Administração pela Escola Superior de Administração Postal (ESAP) e em Economia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Atua na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) como professor do Departamento de Ciências Administrativas. Seu primeiro livro, *Com passos lentos, mas firmes* (EST, 2011), é um romance histórico sobre as memórias de João Andriolo, mais conhecido como Nanni Silvestro, avô do autor, coletadas a partir dos relatos de Giocondo, pai de Leonardo. “Na década de 1980, Giocondo sofreu um acidente e, sem poder trabalhar, resolveu escrever em um caderno as suas reminiscências. Esse primeiro livro surgiu a partir dessas anotações”, conta. Leonardo Andriolo também participou, ao lado de autores locais e convidados célebres como o chileno Antonio Skármeta, dos três volumes da antologia *Nem te conto* (Gazeta). “Antes de escritor, sou leitor! Como leitor, ainda prefiro os romances. No entanto, também guardo espaço para os contos”, revela.



O professor da Unisc Leonardo Andriolo, autor da coletânea que tem como conto principal uma história familiar

PALAVRA DE PROFESSOR

por Geraldo Blay Roizman

Arquiteto e urbanista (PUCSP, 1987), Mestre em Artes (Unesp, 2003), Doutorando em Cinema no PPG em Meios e Processos Audiovisuais da USP/ História, Teoria e Crítica com “Os Superoutros: corpos em movimento no cinema superoitista dos anos 1970 no Brasil”

Bacurau!

Aquilo que Kléber Mendonça colocou na tela em *Bacurau* não é simplesmente um filme. Não remete simplesmente ao Cinema Novo na música de Sergio Ricardo. Ele traz no seu âmago a revolta engasgada desde 2016. Mas também não é mais o golpe que importa, identificado no prédio sabotado lá atrás em *Aquarius*. Nos acorda do adormecimento e da letargia mórbida que aflora pelo país até a alma em sua existência. Ele dá nome aos bois que esfolam a carne humana brasileira até o osso, na alegoria de cortar ao povo os recursos de sobrevivência, a água, a luz, a comunicação que remete a toda a barbárie instaurada no país na entrega dos recursos minerais, energéticos, aquíferos naturais, a destruição das empresas estatais, dos direitos do trabalhador, da mulher, dos negros, das minorias, da saúde, da educação, a destruição do Estado e sua privatização simbolizada no prefeito cúmplice e parceiro dos interesses norte-americanos.

A eficiência tecnológica do mundo digital e seu poder de manipulação são a falta de pudor assassino do invasor imperialista, e que se encontra tanto no *drone* em forma de disco voador, que pensa enganar o povo crente e inculto, quanto na cena que é invadida pela excitação do casal armado após o assassinato de inocentes. A falta de pudor em matar friamente uma criança criticada por um deles nos aproxima daquilo que está sendo executado como política pública e que é corroborada pela classe média e pela mídia brasileira.

Western e cangaço, aproxima o espectador do problema verdadeiro do lento assassinato em massa de milhões de desempregados sem escola e assistência médica. Atua na representação como animalidade instintiva, popular, como o cinema de Glauber teria feito hoje, daí o resgate emocionante das músicas de Sergio Ricardo, que cruzam passado e presente, 1969 e 2019 como um só lugar, lugar de luta, de tomar de volta, a ferro e fogo, a dignidade roubada.

E o filme invoca esse passado do cabra macho e da mulher macho, do negro de corpo nu, e não deixará barato a tentativa de esfolar a pele do povo brasileiro pelo invasor imperialista. Cortará assim suas cabeças e as exibirá no chão, em público, como fizeram naquele tempo com o bando de Lampião. Um troco no tempo e no espaço. Aos traidores, a morte lenta, a do prefeito engomado, meio Aécio, meio Dória, amarrado e vendado em cima do lombo de burro, e ao perverso líder alemão nazista americanizado, dois lados da mesma moeda, enterrado vivo na escuridão de seu próprio túmulo. Ao esforço monumental de construir um país mais justo frustrado novamente por traidores históricos, o único remédio é a raiva.

Os artigos para esta seção devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com 2.300 caracteres para o e-mail palavradeprofessor@sinprors.org.br.

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: extraclasse@sinprors.org.br.



Sintonia

A vida na periferia, onde reside a nova classe média brasileira, reproduz valores estéticos e morais muito distintos daqueles compartilhados entre as camadas mais privilegiadas socialmente



Foto: Netflix/Divulgação

Série dirigida por Konrad Dantas rompe com todos os estereótipos e constrói uma imagem da periferia “desde dentro”

Lançada em agosto pela Netflix, a série *Sintonia* retrata a vida de três jovens da periferia de São Paulo, amigos desde a infância: Doni (MC Jottapê), que quer ser uma estrela do funk; Rita (Bruna Mascarenhas), que irá se aproximar de uma Igreja evangélica; e Nando (Christian Malheiros), que almeja se vincular ao PCC. O nome da facção não é mencionado, pelo menos nessa temporada, mas a referência é evidente e está presente, também, no nome da série, pois “sintonia” é a expressão do grupo para designar os responsáveis pela coordenação de alguma atividade ou mesmo da própria organização. A série, que está sendo mostrada em 190 países, é dirigida por Konrad Dantas (Kondzilla) e Johnny Araújo. Kondzilla, a propósito, é uma referência importante entre os jovens como produtor de vídeos no mercado funk. Seu canal no YouTube, para que se tenha uma ideia, tem 51 milhões de inscritos e 25 bilhões de visualizações, o 6º maior do mundo.

Os três amigos de *Sintonia* enfrentam dificuldades variadas. Depois da morte de sua mãe, Rita está só e precisa “se virar” na rua vendendo produtos contra-

bandeados; Nando está casado e tem de sustentar sua esposa e um bebê; a família de Doni possui uma situação um pouco melhor, mantendo um pequeno comércio, mas o rapaz precisa recorrer a um agiota para perseguir seu sonho como compositor e terá que superar a morte do pai. Cada um deles está limitado pelo seu entorno e encontra seu caminho na busca pelas mesmas coisas. As opções do crime, da religião e da arte terminam por oferecer às personagens possibilidades concretas de pertencimento, autoria e reconhecimento. Essa dinâmica assegura à série uma dimensão especialmente significativa.

A vida na periferia, onde reside a nova classe média brasileira, reproduz valores estéticos e morais muito distintos daqueles compartilhados entre as camadas mais privilegiadas socialmente. Temas como a presença de uma facção criminal na comunidade, o tráfico de drogas, o sexo entre os jovens e as diferentes estratégias de sobrevivência criadas pelos moradores aparecem naturalmente, dispensando adjetivos ou exclamações. Há coisas muito tradicionais ali, como a importância da família e

o carinho das pessoas pelos seus, e coisas surpreendentes, como a convivência no mesmo espaço de instituições como o crime, o funk e a igreja. Esse ambiente é retratado com riqueza de detalhes e com atores coadjuvantes que conquistam um espaço maior do que se poderia esperar pelo seu tempo de participação. Esse é, por exemplo, o caso dos dois barbeiros que asseguram o “visual” de Doni e o de uma das vizinhas de Rita, Jussara (Rosana Maris), mãe de sua melhor amiga. Impressionam, também, pelo realismo, as cenas em que a disciplina do PCC é convocada para redimir conflitos comunitários.

Dificilmente essa periferia é retratada na TV brasileira para além das visões estereotipadas que afloram nos noticiários. *Sintonia* rompe com todos os estereótipos e constrói uma imagem da periferia “desde dentro”. Só por isso já valeria assistir aos seis episódios da série. Ali, o mundo dos jovens moradores pobres surge de uma maneira que se torna mais fácil perceber o quanto a própria realidade social vai interditando os caminhos tradicionais de respeitabilidade e ascensão social

pelo trabalho e pelo estudo. As histórias das três personagens, aliás, não se articulam com a escola, e Doni, o único que exercia um trabalho formal, o fazia como auxiliar de seu pai, sem o desejo de construir seu futuro a partir daquela posição. Não surpreende, também, que cada um dos jovens persiga sua saída de forma isolada, contando com a ajuda apenas dos amigos, sem presença em um espaço público onde fosse possível articular projetos coletivos.

Sintonia mostra o que é viver em áreas urbanas sem Estado, ou melhor, em lugares onde a única expressão do Estado é uma ameaça constante. Nas quebradas, onde vivem alguns dos participantes da série e que fizeram o seu primeiro trabalho para a TV, se fala gírias como “moiado”, “nave”, “papo reto”, “mó boy” e “mil grau”, entre tantas outras, e os jovens não se encontram na balada, mas no “fluxo”. Quando há um conflito mais sério, não se recorre à polícia, nem aos tribunais, mas ao PCC, cuja prestação jurisdicional é rápida e legitimada socialmente. É esse Brasil que nós, moradores da bolha dos incluídos, desconhecemos, que emerge na série.

Por José Weis

Derivado do Creole, a língua geral dos negros na diáspora africana, o termo *Griot* passou a designar os estudantes afrodescendentes “gritadores” da sua cultura na França e em Portugal e chegou ao Brasil com os escravos como *Griô*. É um termo universalizante – adotado também por povos indígenas – que define aquele que cultua e transmite o universo da tradição oral, guarda a história, a cultura e as ciências das comunidades. Em contraste com o desdém e o desprezo aos velhos que caracterizam a cultura ocidental, os mestres e mestras *Griô* são figuras merecedoras de reverência e respeito para os afrodescendentes e outros povos.

No final de setembro, o sarau *Sopapo Poético – Ponto Negro da Poesia* dedicou uma noite de homenagens e reconhecimento, com música e roda de poesias para uma autêntica Mestra *Griô*, a costureira e carnavalesca Sirley Amaro, 83 anos. Memórias, costumes e resistência nas histórias revividas nas rodas de canto e dança no Centro de Referência do Negro (CRN), no bairro Menino Deus, em Porto Alegre. O *Sopapo Poético* é um sarau afro-brasileiro criado em 2012, que evoca o protagonismo negro em uma roda de atuações, reflexões e convivências, reunindo artistas, pensadores e simpatizantes da cultura negra de resistência em encontros mensais promovidos pela Associação Negra de Cultura (ANdC).

Nascida em Pelotas, na zona sul do estado, no dia 12 de janeiro de 1936, filha do cozinheiro e carnavalesco João Xavier da Silva, Sirley Amaro relata que a mãe, Ambrosina Soares, “inventava pomadas e unguentos com ervas e temperos” e que na infância viveu intensamente os conhecimentos transmitidos pelos pais. Começou a trabalhar como costureira profissional de Alta Costura aos 13 anos, em 1949, encerrando sua carreira profissional em 2007, aos

71 anos, no mesmo ano em que foi reconhecida como Mestra *Griô* pelo Programa *Cultura Viva*, do Ministério da Cultura.

Também é marcante a sua ligação com o Carnaval, do qual participa desde os oito anos de idade até hoje. “Naquela época, existiam os blocos pequenos que se reuniam e rumavam para o centro da cidade, numa praça chamada Redondo, e ali a festa ia madrugada adentro”, recorda. Integrou os clubes negros de Pelotas *Depois da Chuva* e *Chove-não-Molha*, desde 1944. “Em Pelotas, tem um grupo afro que chama-se Grupo Odara, que foi uma das coisas da comunidade negra que eu consegui vangloriar, e eles até consideram que eu seja uma das que botou água na raiz. Porque a nossa cultura negra,

ela custou muito a ter voz, a ser valorizada, a gente poder começar a mostrar a dança, não ficar só, porque durante muitos anos ficou que o negro era só jogador de futebol ou pra fazer carnaval”, ressalta.

Sua primeira oficina como contadora de histórias foi sobre o cabelo afro para as Meninas do Instituto de Menores de Pelotas. Atua junto ao Núcleo de Arte, Linguagem e Subjetividade desde 2010 e especificamente com o projeto Confraria do Fuxico desde 2013, ano em que foi vencedora do Prêmio Culturas Populares *Edição 100 anos de Mazzaropi*. Em 2015, ganhou o Prêmio Movimenta SeCult/Pelotas e, no ano seguinte, o Prêmio Mestres e Mestras de Tradição, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/Diretoria de Arte e Cultura/Incuba-

dora Cultura Viva da Ufrgs.

A homenageada se orgulha de ter influenciado o vínculo entre o carnaval e as festas populares de origem africana. “Ela é uma ativista cultural que sempre trabalhou na cultura popular, especificamente no Carnaval, e que, concomitantemente, era costureira de Alta Costura, trabalhando para as madames mais importantes de Pelotas”, explica o professor e pesquisador da Universidade Federal de Pelotas Felipe da Silva Martins, que estuda o trabalho de Sirley e, em 2007, registrou a sua influência na oralidade e na musicalidade com a dissertação de mestrado *É pela arte toda, pela história de vida: As representações da música nas vivências Griô, da Mestra Sirley Amaro*.

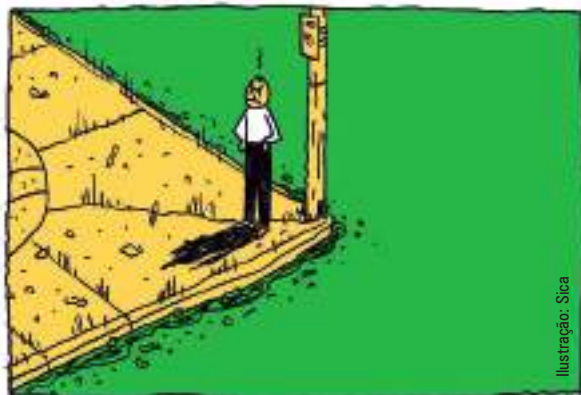
Alta costura, carnaval e resistência



FRAGA

Vai tomate cru

Enfim, discussões acabavam, simples assim, na lavoura ou no jardim botânico



Os mal-humorados estão com tudo e não estão prosa. A gente sabe disso não por ouvir contar, mas por ouvir direto: xingamentos viraram instâncias do diálogo neste Brasil mal-criado e mal-educado. Afora a justa indignação, todos se ofendem à toa. Antigamente é que se xingava cordialmente.

Para xingar um amigo num momento de raiva ou um colega por estranhamento ou até em rusgas conjugais, comum era a gente apelar à agricultura.

A gente mandava a pessoa plantar batatas e ela ia. Quer dizer, os furiosos da ocasião se contentavam em sugerir o plantio, e a ofensa máxima estava feita. Podia-se variar de leguminosa: vá às favas! Pronto, era o que bastava pra encerrar pendengas. Imagina as safras orais!

Recorrer à botânica servia desde a infância: os principiantes mandavam você ir catar coquinho até que, mais crescidos e mais sádicos, gritavam pro desafeto sentar num cacto. Enfim, discussões acabavam, simples assim, na lavoura ou no jardim botânico.

Num passado meio inocente, o reino animal também contribuía nos conflitos: o mais usado xingamento, até os anos 60, acho, era mandar alguém ir pentear macacos. Tarefa inglória, impraticável, humilhante. Ou mandar o sujeito amolar um bode. Complicada e malcheirosa tarefa, com o risco da recíproca. Até que nos anos 70 o grande Ivan Lessa inovou o xingão no Pasquim, com vá se roçar nas ostras. Tarefa dolorosa, somente realizável à beira-mar e a exigir mergulhos em apneia.

Dores menores mas ainda ofensivas era mandar vá se lixar ou vá se ralar. Significavam que o insultador estava pouco se lixando pra você e sua pele macia. Insultos desse tipo eram capazes de fazer as pessoas ficarem de mal, veja só.

Entre pessoas com certa religiosidade, mortal era berrar pra ir pros quintos dos infernos. Ou então: vá pro diabo que te carregue! Claro, não deviam funcionar com ateus.

A fúria do momento podia recorrer às intempéries, mesmo em dias límpidos. O xingão favorito, sempre com próclise: Vá pro raio que o parta!

A culinária oferecia branda ofensa: vá fritar bolinhos. Pro machismo da gurizada, humilhava. Ainda na cozinha, de novo Ivan Lessa, que mandava leitores e inimigos entubar uma brachola. Quer dizer, misturava culinária e sexo anal.

Com a química, ofensa intragável: vá lambar sabão. Soda cáustica era castigo moral e físico. É, o produto evoluiu mas ninguém manda ninguém lambar detergente.

E assim, sem as selvagerias do Brasil polarizado, os ofendidos iam cada um pro seu lado, até passar a cólera ocasional.

Não é saudosismo. É exaustão com a pior baixaria, com a impaciência reinante, com o modelo grosseiro do deprimente da república.

PROGRAMAÇÃO
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em ecarta.org.br ou 51. 4009.2971.

SHOWS

Porto Alegre | 18h | entrada franca

12/10 – *Uma noite balaio de cordas*, concerto de Felipe Azevedo e Angelo Primon.

26/10 – *A letra e a voz*, com Paulo Nunes e Victor Mendes



Foto: Sandra Mora

ARTES VISUAIS

10/10 – 19h – abertura da exposição *Antes do Grito*, da artista Julha Franz.

Visitação: Até 24 de novembro.

Curadoria: Henrique Menezes.



Foto: Divulgação

VINHO

Porto Alegre

O vinho e suas relações: a produção de queijos artesanais no Brasil

Apresentação: Cris Schmitz

23/10 | 19h30 | Inscrição: R\$ 50,00

CONVERSA DE PROFESSOR

Canoas | 9h

18/10 – *A cena na sala de aula: presença, postura e bom humor*

Ministrante: Deborah Finocchiaro

Local: Centro de Capacitação, Educação Inclusiva e Acessibilidade

Inscrições: Gratuitas. Devem ser feitas pelo telefone (51) 3463-3401

CULTURA DOADORA

Caxias do Sul | 14h

5/10 – *Roda de Conversa Espalhe esperança, espalhe amor e doe órgãos*

Participação: Glaci Borges, coordenadora do projeto Cultura Doadora

Local: Associação dos Renais Crônicos de Caxias do Sul (Avenida Rio Branco, 360 – Bairro São Pelegrino)



VERISSIMO

Comanches

Se há uma coisa que ninguém pode dizer do Bolsonaro é que ele disfarça seus preconceitos, suas opiniões, sua grosseria – enfim, sua personalidade

Uma curiosidade: quantos dos milhões de eleitores do Bolsonaro sabiam que estavam elegendo um governo militar quando votaram nele? Talvez a maioria não desconfiasse, talvez a maioria soubesse e não se importasse, talvez a maioria soubesse e concordasse. Se há uma coisa que ninguém pode dizer do Bolsonaro é que ele disfarça seus preconceitos, suas opiniões, sua grosseria – enfim, sua personalidade. Ele nunca escondeu que é um homem autoritário, que adora armas, admira monstros como Pinochet, não per-

de oportunidade de exaltar gente como o famigerado Ustra, defende a tortura, nega que tenha havido uma ditadura militar de 20 anos no Brasil e costuma recorrer ao insulto pessoal como contra-ataque, mesmo quando o inimigo é a primeira-dama da França ou vítimas da repressão brutal no Brasil e no Chile.

Para os que concordam com tudo o que o Bolsonaro diz e faz e simboliza, a rudeza dele é autenticidade, a apologia da tortura é realismo e os 20 anos supostamente sem democracia no Brasil precisam ser vistos de outro ângulo, como 20 anos de eficiente supressão do comunismo, já que tudo na História é uma questão de ângulo – o que de certa forma absolve tudo na História. E há a inegável onda conservadora que inunda o país, alimentada pelo pavor da retribuição que espera a elite de uma das sociedades mais desiguais do mundo, quando a miséria que ela criou se tornar insuportável. Para



essa elite, Bolsonaro representa a reação sem pruridos, com licença para dizer barbaridades. E ostentar armas, como fez seu filho ao visitar o pai no hospital (não sei se o filho era o embaixador, ainda me confundo com os guris).

Se a pistola bem à vista na cintura nos permite pensar neste filme que nos assola como um western, pode-se dizer como disse o John Wayne, estranhando que

os índios não atacavam: “Os comanches estão quietos...”. Quietos nada. Os militares brasileiros estão ativos, reforçando sua presença no governo. Exemplo: não existe na história do Brasil precedente para as escolas cívico-militares, de clara inspiração fascista, que os militares estão montando sem nenhuma oposição em todo o país. Os comanches, decididamente, não estão quietos.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



ELEIÇÕES SINPRO/RS

**Tudo para
facilitar a sua
participação**

Pela primeira vez, a eleição será de forma digital, com uso de serviço especializado através de dispositivos móveis, diretamente nas instituições de ensino e nas sedes do Sindicato.

**Exerça o seu
direito de votar!**

5 a 7 de novembro de 2019

Confira os locais de votação e saiba mais
sobre o processo eleitoral em sinprors.org.br/eleicoes.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão